



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

CLAUDIA SILVA DO MONTE

**MARCOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA
ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFBA NO PERÍODO DA
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)**

**Salvador
2019**

CLAUDIA SILVA DO MONTE

**MARCOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA
ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFBA NO PERÍODO DA
DITADURA CIVIL- MILITAR (1964-1968)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, elaborado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. José Lúcio Costa Ramos

**Salvador
2019**

*Dedico esta conquista ao meu pai Ermenegildo
(em memória) e à minha mãe Ricardina,
que dedicou todo amor e carinho a mim e que
é o alicerce de minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos concedidas, pelos objetivos alcançados e por colocar pessoas que me ajudaram ao longo da minha caminhada.

Aos meus pais Ermenegildo do Monte (in memória) e Ricardina Moreira da Silva, por acreditar em mim mesmos nos momentos difíceis da vida.

Aos meus irmãos que vibram por cada conquista minha, agradeço pela força e pelos aplausos.

Ao meu esposo (Antônio Gonçalves) pelo companheirismo, amor, carinho e pelas noites sem dormir para me acompanhar, a você todo meu respeito e admiração.

Aos amigos que a EEUFBA me presenteou, por acompanharem minha trajetória acadêmica, por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis e aqueles momentos de risos e alegrias.

Ao meu orientador, José Lúcio Costa Ramos, pela grande oportunidade de pesquisa, pelo carinho, pela compreensão, por me conceder a alegria e a tranquilidade de ser orientada por alguém tão especial e cheio de luz. O senhor é um presente de Deus.

À professora Virgínia Reis, pelo incentivo, pela primeira oportunidade de ser bolsista, e por conselho dado ao longo de minha trajetória.

À professora Cristina Melo, a minha gratidão e o meu eterno respeito. Por muitas vezes, me levou a refletir sobre a minha existência e o lugar que estou ocupando. Obrigada!

Ao Grupo Gerir, pela minha formação crítica, pelo entendimento do trabalho da enfermeira. Sem esta compreensão me tornaria uma trabalhadora sem senso crítico.

Agradeço à EEUFBA, todos os funcionários, pela paciência e dedicação e a todos os docentes por colaborarem com a minha formação acadêmica.

MAKTUB
Procure seu caminho na vida.
Ninguém é responsável por nosso destino,
a não ser nós mesmos.
(Chico Xavier)

MONTE, Claudia Silva do. Marcos Históricos do Movimento Estudantil da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil Militar (1964-1968). 2019. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Fundada em 22 de janeiro de 1946 através do Decreto-Lei 8.779, a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA) há 73 anos vem sendo referência na formação de enfermeiras no estado da Bahia. Estudantes de Enfermagem da UFBA também se destacaram pelo engajamento político, fato este ainda não registrado na historiografia neste campo profissional. Dentre as ações da militância política estudantil da UFBA, destaca-se a luta contra a repressão da Ditadura Civil-Militar, instalada no Brasil em 31 de março de 1964. Neste sentido, as estudantes da Escola de Enfermagem estiveram engajadas no processo político, sobretudo por meio do Diretório Acadêmico, onde participavam de movimentos sociais e grevistas contra a ditadura. O estudo tem como objetivo descrever marcos históricos da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1968). Trata-se de uma pesquisa histórica, documental, realizada a partir das atas do Diretório Acadêmico de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil-Militar, localizadas em arquivos da Escola de Enfermagem. Os cinco primeiros anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil foram marcados pelo autoritarismo do governo e ataques às Universidades, resultando em muitas prisões, desaparecimentos e mortes de estudantes. Na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia este período culminou com a prisão de uma estudante de Enfermagem e seu impedimento de continuar no curso, o que provocou preocupação e mobilização entre as colegas. Embora não haja registros que os membros do Diretório Acadêmico tenham participado de manifestações de rua, junto ao movimento estudantil, há registros de que os mesmos estão envolvidos com o movimento, dando suporte para que as manifestações estudantis acontecessem. O campus da UFBA por diversas vezes foi invadido pelas tropas militares, prendendo estudantes, funcionários e professores ditos subversivos, contrários ao regime militar, o que não aconteceu com a Escola de Enfermagem. Pode-se afirmar que, mesmo com restrições por ser uma Escola de mulheres, há indícios de resistência à repressão da ditadura civil-militar na década de 1960, indicando que estudantes de Enfermagem da UFBA não se calaram.

Palavras-Chave: Enfermagem; História da Enfermagem; Estudantes de Enfermagem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO TEÓRICA	8
2.1 Aspectos Gerais da Ditadura Civil-Militar no Brasil.....	8
2.2 A Ditadura Civil-Militar e a repressão estudantil nas Universidades.....	10
3 METODOLOGIA.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4.1 Marcos históricos de 1964.....	14
4.2 Marcos históricos de 1965.....	20
4.3 Marcos históricos de 1966.....	22
4.4 Marcos históricos de 1967.....	23
4.5 Marcos históricos de 1968.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
FONTES.....	40
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

No campo da Enfermagem, a compreensão da história, e das lutas políticas, é fundamental para o desenvolvimento e visibilidade de práticas sociais (MELO e SANTOS, 2007). Caracterizada como profissão feminina, as diferenças de gênero são determinantes na formação e prática da enfermeira, a ponto destas profissionais serem vistas mais como anjos que mulheres, e como “mulheres devotadas”. Tais características são também impeditivas para que as enfermeiras sejam consideradas mulheres engajadas na política, campo de atuação do masculino. Deste modo, resgatar marcos históricos permite análises sobre a atuação política das mulheres enfermeiras.

Fundada em 22 de janeiro de 1946, através do Decreto-Lei 8.779, a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA) há 73 anos vem sendo referência na formação de enfermeiras no estado da Bahia. A criação desta Escola atendeu aos interesses do Reitor Edgard Santos, que pretendia constituir um corpo de enfermeiras para atuação no Hospital das Clínicas da UFBA. As aulas da graduação em Enfermagem tiveram início no dia 12 de março de 1947, pouco mais de 01 ano após a publicação do Decreto-Lei de criação do curso (RAMOS, 2017).

Foi a primeira Escola federal de formação profissional de enfermeiras do Norte e Nordeste do Brasil e a sexta no país. Desde então, seu papel protagonista na formação de enfermeiras sempre foi reconhecido. Estudantes de Enfermagem da UFBA também se destacaram pelo engajamento político, fato este ainda não registrado na historiografia neste campo profissional, ainda que, nos seus primórdios, a inserção feminina no ensino superior era reduzida e as mulheres que frequentavam as universidades eram oriundas das camadas mais ricas da sociedade baiana (PIRES e MELO, 2008).

Dentre as ações da militância política estudantil da UFBA, destaca-se a luta contra a repressão da Ditadura Civil-Militar, instalada no Brasil em 31 de março de 1964. Por meio de um golpe, os militares destituíram o presidente João Goulart e ocuparam o poder durante 21 anos, assumindo o controle político e econômico, e impondo acontecimentos brutais sob as formas de violência, de censura, repressão, exílio, prisão e o controle da vida da sociedade.

Segundo Brito (2016), o movimento estudantil foi um dos principais movimentos da luta contra a ditadura militar no Brasil, que buscava defender reivindicações, ideais e propostas. Neste sentido, as estudantes da Escola de Enfermagem da UFBA estiveram

engajadas no processo político, sobretudo por meio do Diretório Acadêmico de Enfermagem, onde participavam de movimentos sociais e grevistas contra a ditadura.

No ano anterior ao golpe civil e militar, as estudantes da EEUFBA realizaram o I Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem no período de 6 a 12 de outubro de 1963, promovido e organizado pelo Diretório Acadêmico. Devido ao momento de efervescência política no país, este encontro esteve ameaçado de não acontecer, o que demandou da presidente do Diretório - a estudante Stella Maria Barros - intenso envolvimento para que o encontro fosse realizado (FERNANDES, 2001).

A partir da localização de fatos como este, registrado no memorial da EEUFBA, e pela participação desta autora como bolsista de iniciação científica em 2017 na pesquisa intitulada Construindo Acervo no Núcleo de Memória da Escola de Enfermagem da UFBA: trajetória das estudantes de enfermagem na luta contra a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), toma-se como objeto deste estudo os marcos históricos da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1968).

Para nortear o estudo foi formulada a seguinte questão: Quais são os marcos históricos da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil- Militar (1964 - 1968)?

E como objetivo define-se: Descrever os marcos históricos do Movimento Estudantil da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil- Militar (1964 - 1968).

A realização deste trabalho justifica-se pelo ineditismo de sua temática nos registros históricos da EEUFBA, uma vez que coloca em destaque a vida estudantil na Escola de Enfermagem no período da Ditadura Civil-Militar.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos Gerais da Ditadura Civil-Militar no Brasil

O regime autoritário instalado no Brasil em 1964, e que se prolongou até 1985, estruturou um Estado que tivesse capacidade de exercer uma repressão eficaz aos opositores e que pudesse trazer a maior parte da população para o apoio às ações do governo, por meio de estratégias que incluíam a propagação de um medo aos “inimigos da pátria”, à “ameaça comunista internacional”, ao “terrorismo” dos militantes da luta armada. O governo civil-militar procurou manter-se forte ao longo desse período, com reforço do aparato policial e de órgãos de investigação, construindo uma hegemonia ideológica na sociedade brasileira (LIMA, 2009).

Com a deposição do presidente João Goulart da Presidência do Brasil, uma junta de militares se apossou do poder, e no dia 15 de abril de 1964 ascendeu ao governo o primeiro presidente militar - General Humberto de Alencar Castelo Branco, que em seu primeiro mandato instituiu o Ato Institucional nº1 (AI-1).

Segundo Brito (2016), o AI-1 decretou a “operação limpeza”, codinome dado pelos militares à tentativa de ativar as forças repressivas para controle das áreas sociais e à deflagração dos chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Os IPMs tinham como foco os sindicalistas, militares, camponeses, comunistas, estudantes e todos aqueles que se envolveram na luta pelas reformas de base.

O AI-1 determinava ainda que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos, convocar eleições indiretas para presidentes e a extensão do mesmo cargo até 1966. Este foi o primeiro de um total de dezessete atos institucionais que deram base para instalação do regime militar, servindo como mecanismo de legitimação das ações políticas dos militares (BRITO, 2016).

O mais repressivo dos atos foi o AI-5, decretado em 1968, no auge da ditadura civil militar no governo do general presidente Artur da Costa e Silva. O AI-5 conferia ao presidente da República poderes ilimitados, com autorização para fechar as casas

parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de *habeas corpus* para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito regular (MOTTA, 2018).

Com o AI-5 instala-se a censura em diversos segmentos da sociedade brasileira: jornais, revistas, letras de músicas; teatros e televisões têm suas programações e trabalhos censurados e controlados. Qualquer programa televisivo ou matéria que circulasse por meio de jornais ou rádios eram supervisionados pelo governo para que nada lhes fugisse do controle. Exemplo disso foram as músicas de alguns compositores brasileiros: Cruel Cruel, esquizofrênico Blues, Cálice, Hoje é dia de El- Rey, Tiro ao Álvaro, Pra não dizer que não falei das flores, Meu novo sapato, Eu vou tirar você deste lugar, que devido às palavras ditas foram vetadas pelo governo militar (FERRARI, 2013).

Nos primeiros três meses do novo regime muitas pessoas foram presas, demitidas, torturadas e assassinadas. Os direitos políticos de 441 pessoas foram cassados, entre elas os dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, de seis governadores; 55 congressistas, diplomatas, militares, sindicalistas, intelectuais e estudantes foram mortos (LINHA DO TEMPO DA UNE, 1960 a 1985).

Em Salvador, no alvorecer do golpe militar, o Jornal da Bahia é invadido e fechado pelos militares, sob a acusação de que é um órgão a serviço da subversão comunista. O prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, foi destituído do cargo cinco dias após o golpe, pois era do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1967, com apoio do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Antônio Carlos Magalhães é eleito prefeito de Salvador pelo Partido ARENA, no governo de Lomanto Júnior (GOMES, 2001).

Estes fatos mostram que a ditadura começou repressiva e de modo violento. Impondo diversos meios brutais para que seus opositores fossem destituídos dos seus cargos e punidos, e desta forma reprimiu setores da vida política, civil e social da sociedade baiana.

2.2 A Ditadura Civil Militar e a repressão estudantil nas Universidades

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores mais mobilizados da esquerda no campo político, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). No caso do Movimento Estudantil (ME), a sede da UNE foi invadida, saqueada e incendiada, como relatado no trecho a seguir:

O golpe militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ele poderia avançar do que de fato avançou até aquele momento. Os estudantes foram atingidos pelo crime - que muitos nos honra - de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores. A sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi incendiada por bandos repressores insuflados pelos golpistas. Bandos que sempre embalaram o desejo de destruir a UNE uma vez que, por eleições ou outro processo democrático, foram sempre repudiados pela imensa maioria dos estudantes. (SANTOS 1981 apud BRITO, 2016, p. 33)

As universidades também sofreram ataques com as mudanças no governo porque eram entendidas como veículo de difusão de ideias e, portanto, de formação de consciência e de treinamento para responder as demandas do mundo do trabalho e de cidadania. Em virtude disso, algumas universidades que não apoiavam o golpe foram invadidas pelas tropas militares, e seus representantes legais (Reitores) foram substituídos por militares ou foram colocados próceres do regime para dirigi-las, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Minas Gerais. Na Universidade de São Paulo, vários professores foram cassados ou aposentados (MATHIAS, 2004).

Neste cenário de intervenções, os militares encontraram facilidades na UFBA, porque o Reitor Albérico Fraga e os diretores das faculdades demonstraram sintonia com o discurso golpista na primeira reunião do Conselho Universitário após o golpe, ao aprovar a seguinte moção:

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964 (BRITO, 2016, p. 44).

A invasão de unidades das universidades ficou registrada na memória de muitos estudantes. Após o golpe do dia 1º de abril de 1964, várias universidades foram invadidas pelos militares. Livros foram queimados, bibliotecas universitárias foram destruídas, assembleias dissolvidas, estudantes, funcionários e professores presos e coagidos. Todos que eram vistos como subversivos eram punidos pelas leis duras da ditadura (BRITO, 2016).

No final de março de 1964 o ambiente universitário em todo o país estava bastante agitado e marcado por eventos de caráter político. No dia 30 de março, em Belém, a UNE organizou, em conjunto com a União Internacional de Estudantes (UIE) e a União Acadêmica Paraense (UAP), o Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES) cujo objetivo principal foi debater a reforma universitária. O evento ocorreu no antigo auditório da Faculdade de Odontologia do Pará. Participaram estudantes de toda a América Latina e, logo após a abertura, ocorreu uma invasão por policiais militares do estado (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

A Faculdade Nacional de Direito, localizada no Rio de Janeiro, no dia 1º de abril foi cercado pelo exército e os estudantes que estavam no prédio durante a invasão foram retirados do local e o diretório foi fechado pelos policiais, permanecendo fechado por um ano. Na Faculdade Nacional de Filosofia estudante foi atingido por uma bala e morto no interior do prédio (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Por ser compreendido como um espaço físico, político e social de importância e contra o regime ditatorial, ao interior das universidades também se constituíram comissões de vigilantes que acompanhavam as atividades, para relatos eventuais de transgressões das normas emanadas das autoridades militares (GOHN, 2013).

Com todos estes ataques nas universidades do país, o Movimento Estudantil na Bahia continuou resistindo à repressão política, principalmente pelos estudantes secundaristas. Estes não se intimidaram com as violências postas pela ditadura dentro das universidades e escolas e assim continuavam a manifestar-se contra o golpe civil e militar.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo histórico, documental, oriundo de um recorte da pesquisa intitulada *Construindo Acervo no Núcleo de Memória da Escola de Enfermagem da UFBA: trajetória das estudantes de enfermagem na luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985)*, realizada de 2015 a 2017 por membros do GERIR - Núcleo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva, da EEUFBA.

As pesquisas históricas são importantes para o campo da Enfermagem, dado que os estudos desta natureza possibilitam a tomada de consciência daquilo que somos e a construção da identidade profissional. Neste sentido, a História nos torna mais consciente do nosso protagonismo no tempo, tornando o passado e o presente indissociáveis. Nesta investigação, a História é compreendida como um campo disciplinar cujo objeto de estudo são eventos reais que têm o ser humano como autor (MASCARENHAS, 2013).

As fontes deste estudo são as atas do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil-Militar, localizadas no arquivo da Escola de Enfermagem; o Memorial dos 50 anos da EEUFBA (FERNANDES, 2001) e o livro intitulado *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*, de autoria de Brito (2016).

Apesar de terem sido encontradas atas referentes a todo o período da Ditadura (1964 a 1985), este estudo priorizou os documentos relativos aos primeiros cinco anos deste período. Tal escolha se justifica pelo fato do ano de 1964 ser o início da implantação da ditadura civil-militar no Brasil e por 1968 ser o ano que marcou o endurecimento da repressão com o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Os resultados foram descritos por ano de acontecimento, e foram discutidos a partir de uma triangulação de marcos da Ditadura na UFBA, na cidade de Salvador e em outros locais do Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identificação e descrição dos dados levantados neste estudo apontam para os marcos históricos ocorridos na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia no período da Ditadura Civil-Militar, de 1964 a 1968:

Quadro1: Marcos históricos da Escola de Enfermagem da UFBA no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1968). Salvador, 2019.

Data da Ata do Diretório Acadêmico de Enfermagem	Marco Histórico
06/04/1964	Inspeção da Patrulha do Exército na Escola de Enfermagem da UFBA.
23/04/1964	Sessão extraordinária do Diretório Acadêmico de Enfermagem, 1ª Assembleia Geral do D.A.
24/04/1964	Declaração de membros do Diretório Acadêmico: “Não somos comunistas.”
06/05/1964	Comunicado para a diretora Maria Ivete Ribeiro de Oliveira.
12 a 18/07/1964*	A Escola de Enfermagem realiza o XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem.
09/04/1965**	Diretório Acadêmico de Enfermagem forma chapa única para diretoria contra a lei Suplicy.
04/09/1967	Assembleia geral de estudantes para ouvir o presidente do DCE e da UNE.
11/09/1967	Reunião do Diretório Acadêmico para eleger a 2º representante do D.A junto ao DCE.
14/03/1968	A luta dos excedentes por vagas do vestibular.
07/06/1968	Estudantes de Enfermagem entram em greve por tempo indeterminado.
05/08/1968	Estudantes de Enfermagem furam greve.
04/09/1968	Eleição de delegados para o Congresso Regional.
19/09/1968	Escolha da 2ª representante da Escola de Enfermagem junto ao DCE.
01/10/1968	Assembleia extraordinária para discutir o movimento estudantil.
19/10/1968	Diretório Acadêmico aprova audiência com o Reitor

Fonte: Elaboração própria, com base nas Atas do Diretório Acadêmico da EEUFBA (1964 – 1968) e Memorial da EEUFBA (1946 – 1996).

*Marco histórico extraído do Memorial da EEUFBA (1946 – 1996): autoria de Fernandes (2001).

** Marco histórico extraído de Brito (2016).

4.1 Marcos históricos de 1964

4.1.1 Inspeção da Patrulha do Exército na Escola de Enfermagem da UFBA

Em seis de abril de 1964, logo após o golpe militar, a Escola de Enfermagem foi visitada para inspeção por uma patrulha do exército. Os militares armados, acompanhados pelo então Reitor Albérico Fraga, foram à procura de alunas consideradas ‘subversivas’ e desejavam vistoriar a residência estudantil em busca de material igualmente “subversivo”. Atendidos pela diretora da Escola, Dona Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, os militares foram convencidos a desistir do plano de vistoriar os aposentos das estudantes.

A busca dos militares era, sobretudo, pelas alunas Erandy Albernaz, Therezinha de Araújo e Edelita Coelho, que eram membro do DA de Enfermagem e estavam articuladas com o Movimento Estudantil, além de terem participado da “greve geral em 1962, em prol de 1/3 da representação estudantil no Conselho Universitário e da Reforma Universitária” (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 06/04/1964).

No momento da visita dos militares à EEUFBA, tais estudantes encontravam-se no estágio no Hospital Professor Edgard Santos. Assim que retornaram à Escola, foram surpreendidas pelos militares e conduzidas para a delegacia, sendo acompanhadas por veículo da UFBA. Poucas horas depois de prestarem depoimento-, voltaram para a residência universitária (FERNANDES, 2001).

Em fins de março de 1964, o ambiente universitário em todo o país estava bastante agitado e marcado por eventos de caráter político (COMISSÃO DA VERDADE, 2014) e o movimento estudantil já vinha sofrendo perseguições políticas antes do golpe militar pelo seu posicionamento de apoio ao governo João Goulart. Assim que se instaurou o golpe militar, passou a ser perseguido por tropas militares. “A invasão de unidades das universidades ficou registradas na memória de muitos estudantes” (BRITO, 2016, p. 37).

Houve invasões em diversas universidades do Brasil como UFBA, UnB, UFRJ e USP após a destituição do Presidente da República João Goulart em 01 de abril de 1964. Na UFBA a Residência Universitária foi invadida pelos militares e foram presos vinte e cinco estudantes, um professor e dois funcionários. Além disso, a Assembleia Estudantil da Faculdade de Medicina foi desarticulada, a sala do Diretório Acadêmico foi invadida e a

biblioteca incendiada. Semelhante destino aconteceu com a Escola Politécnica, onde a biblioteca foi saqueada e todos os livros queimados (BRITO, 2016).

No Rio de Janeiro, o estudante Antônio Carlos Silveira Alves foi ferido à bala indo a óbito no interior da Faculdade Nacional de Filosofia. Neste mesmo dia, a sede da UNE foi invadida, saqueada, metralhada e incendiada (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Foi esse o pano de fundo das graves violações de direitos humanos que atingiram o meio universitário: prisões, tortura e mortes de professores, estudantes e funcionários, boa parte deles ligados a alguma organização política (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

No dia primeiro de abril de 1964, alguns prédios da UFBA foram invadidos e atacados por militares, o que não aconteceu à Escola de Enfermagem. A inspeção nos aposentos da residência da Escola de Enfermagem não foi realizada pela polícia militar, pois supõe-se que a diretora Dona Maria Ivete de Oliveira usou da sua influência social e acadêmica para dialogar com o alto comando das forças militares.

4.1.2 Sessão extraordinária do Diretório Acadêmico de Enfermagem, 1ª Assembleia Geral do DA

Às 16 horas e 45 minutos, do dia 23 de abril de 1964, realizou-se em sessão extraordinária, a primeira Assembleia Geral das estudantes de enfermagem da Universidade da Bahia, presidida pela Diretora desta Escola, Dona Maria Ivete de Oliveira, com a finalidade de ouvir o pronunciamento de membros do Diretório. A presidente da mesa, abriu a sessão, explicando os objetivos: O Comandante da 6ª Região Militar questionou a posição de todos os Diretórios Acadêmicos em face dos acontecimentos políticos atuais. Alguns membros desse Diretório, já foram chamados para responder inquéritos [...]. A Presidente da Assembleia, fez um apelo para que todas as declarações escritas pelos membros da Diretoria do Diretório, fossem encaminhadas á mesa, a fim de que pudessem ser lidas. A Presidente do Conselho de representantes, leu o pronunciamento dos membros da Diretoria do Diretório Acadêmico, na qual declaravam repúdio ao comunismo ou qualquer infiltração comunista em nosso país, o qual foi unanimemente aprovado pela Assembleia Geral [...]. D. Ivete Oliveira sugeriu que se fizesse um ofício, relatando a reunião. A colega Isete de Almeida Barreto perguntou se este ofício seria entregue ao comandante da 6ª Região? A presidente da mesa declarou que ficaria arquivado na Escola. D. Ivete Oliveira sugeriu que o estatuto fosse revisto, principalmente no que se refere as finalidades do Diretório Acadêmico. (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 23/04/1964).

4.1.3 Declaração de membros do Diretório Acadêmico: “Não somos comunistas”

Em vinte e quatro de abril de 1964, as alunas da Escola, membros do Diretório Acadêmico de Enfermagem, foram coagidas a declarar por meio de ofício que não eram ligadas a movimentos políticos comunistas ou qualquer outro partido:

Sônia Bastos, Maria da Purificação, Ubaldina S. Menezes, Otaviana Inocência Moreira, Elza Maria Barreto Silva, Erandy Albernaz, Therezinha Araújo, Sônia Maria Passos S. de Pinto, Maria Aurora de Almeida (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 24/04/1964).

Estas foram as estudantes coagidas pela diretora a declararem por meio de ofício que não eram comunistas ou estavam ligadas a qualquer partido comunista, pois elas eram membros do DA e ligadas ao Movimento Estudantil. Na condição de mulheres oriundas de uma sociedade patriarcal e machistas estas mulheres lutaram por liberdade de expressão e pelo direito de participarem de uma sociedade igualitária. Embora em menor número, lutaram ao lado de homens contra a ditadura militar. Estas estudantes dependiam da residência da Escola de Enfermagem, pois vinham de diversos locais do nordeste e precisavam de apoio pra estudar. Mas além de ser uma Escola residência, que era um padrão na formação da enfermeira no Brasil, a residência tinha como objetivo a “vigilância para ter um bom comportamento social.”

Configurado o golpe, o Presidente Castelo Branco nomeou o Comando Supremo da Revolução para efetuar punições e cassações com a aprovação do Ato Institucional-1 (AI-1) que passou a vigorar em 09 de abril de 1964. As instituições universitárias tornaram-se alvos da ação repressiva dos governos militares, pois eram considerados locais privilegiados para difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para organizações de esquerda (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Também em 09 de abril de 1964, o Conselho Universitário da UFBA reuniu-se para aprovar uma moção em apoio ao golpe e expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda. Segundo Brito (2016), o Reitor Albérico Fraga pediu durante a reunião do Conselho que professores e diretores assumissem vigilância redobrada, no sentido de conter atritos, debates e agitação no seio das unidades da Universidade.

A Ata do Diretório Acadêmico de Enfermagem (1964) revela que o Reitor Albérico Fraga tinha uma relação próxima com o comandante da 6ª Região Militar e estava disposto a colaborar com as Forças Armadas, a fim de identificar supostos subversivos dentro da Universidade. O Reitor afirmou que na presidência dos DAs estavam perigosos comunistas e deveria haver uma renovação das diretorias dos diretórios, efetuada conjuntamente entre diretores de faculdades e estudantes. Neste período, os DAs da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Filosofia da UFBA foram fechados e seus líderes destituídos.

No Conselho Universitário discorreram sobre um telegrama originário do Ministério da Educação e Cultura entregue à Reitoria em abril de 1964, cujo assunto era uma portaria que determinava a instauração de inquéritos nas universidades para investigação de atividades subversivas. Este fato ocorreu nas universidades de todo o país, cujas comissões de inquérito eram designadas pelos Reitores.

Na UFBA, o então Reitor Albérico Fraga instala a comissão de inquérito e relata a demissão de um funcionário considerado comunista, como descrito a seguir:

As Forças Armadas que assumiram o comando da situação até que se regularize, do ponto de vista constitucional e legal, o funcionamento dos poderes [...] o propósito que foi manifestado reiteradamente pelo Sr. Comandante da região, de não permitirem a permanência de comunistas notórios, fichados e conhecidos, em postos de direção, inclusive, é claro em setor Universitário. [...] Pratiquei, e o fiz com abundância do coração, o primeiro ato arbitrário como Reitor da Universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidório Batista de Oliveira, que todos os diretores conhecem porque passou de faculdade em faculdade e os senhores me pediam por tudo que tirassem esse indivíduo de suas faculdades. [...] (UFBA, 1964 apud BRITO, 2016)

Diante dos acontecimentos no país e o que vinha sofrendo o movimento estudantil, o DA de Enfermagem da UFBA se posicionou estrategicamente contra o comunismo e repudiando todas e quaisquer manifestações estudantis. Receosas de retaliação militar e orientadas pela diretora da Escola - que participava das reuniões do Conselho Universitário e mantinha-se informada dos acontecimentos, possíveis represálias, e tinha uma relação estreita com o Diretório - as estudantes de Enfermagem da UFBA declararam por meio de ofício que não eram ligadas a movimentos políticos comunistas ou de qualquer outro partido. Estas declarações ficaram arquivadas na Escola, sem que as alunas fossem afetadas pela repressão. Segundo Fernandes (2001), durante o período da ditadura civil-militar, a Escola de Enfermagem não sofreu invasão ou foi vistoriada pelo Exército.

4.1.4 Comunicado para a diretora da EEUFBA Maria Ivete Ribeiro de Oliveira

Em seis de maio de 1964, o Reitor Albérico Fraga envia um comunicado. No empenho de cooperar com o Alto Comando das Forças Armadas e para atender as recomendações do Senhor Ministro da Educação e Cultura, rogo os bons ofícios de V. Exa. no sentido de serem fornecidos a esta Universidade elementos e informações que facilitem nossa tarefa na apuração da responsabilidade dos que, no âmbito universitário, cometeram delitos ou praticaram atos lesivos, aos altos interesses da pátria e das instituições democráticas. “É meu dever informar a V. Exa. que por ofício nº 1370 de 06 de março último, solicitei ao Sr. Secretário de Segurança Pública instauração de um inquérito policial para ‘apurar a responsabilidade dos culpados na invasão insólita e despropositada, do auditório da Reitoria da Universidade da Bahia na noite de dois de março, quando ali se celebrava a solenidade da inauguração do ano letivo com a aula magna que seria proferida pelo professor Clemente Mariani”. Transmitindo aquela decisão quero pedir licença a V. Excia. para encarecer urgência na providência solicitada, ao tempo que ponho a sua disposição todos os elementos com que possamos contar para o devido esclarecimentos dos acontecimentos que tanto chocaram as tradições de cultura de nossa terra”. Por portaria foi nomeada uma comissão composta por professores José Silveira, Mário da Fonseca Fernandes de Barros e Thales Olympio Góes de Azevedo, nomeada no ofício de nº 40 de 06/03/1964 e assessorada pelo procurador da Universidade Bel. Arion de Almeida Monteiro, afim de apurar as faltas disciplinares dos docentes e discentes envolvidos na perturbação da aula inaugural do dia 02/03/1964” (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 06/05/1964).

Este foi mais um acontecimento envolvendo o movimento estudantil da UFBA, de modo mais específico o DCE. Em 02 de março de 1964, houve uma assembleia universitária marcada por protestos estudantis contra a participação de Clemente Mariani na aula de abertura do ano letivo (Cf. UFBA, 1964 apud BRITO, 2016).

Clemente Mariani era banqueiro, empresário, ex-ministro da Educação e amigo pessoal de Albérico Fraga. Foi convidado pelo Reitor para ser conferencista neste evento, mas segundo Brito (2008) o DCE tinha proposto Leonel Brizola para a aula inaugural.

O DCE enviou ofício à Reitoria, solicitando a não presença de Clemente Mariani, o que não foi acatado pelo Reitor. Alguns estudantes levaram então faixas e cartazes e interromperam a solenidade de abertura da aula inaugural. Este fato levou à prisão do presidente do DCE, Pedro Castro, que era tenente da polícia militar, titular do conselho universitário, e foi acusado de ser o responsável pelo “ato de indisciplina”.

Posteriormente, o Reitor solicitou ao secretário de segurança pública que fosse feito um inquérito policial militar para apurar a questão e identificar os estudantes que

atrapalharam a solenidade. Dessa forma, foram enviados ofícios para todos os diretores das unidades da UFBA, no intuito de identificar tais estudantes (BRITO, 2016).

Não há registro de que as alunas de Enfermagem tenham participado desta manifestação. Com a instalação da ditadura civil - militar em 1964 e após a visita dos policiais à Escola, pode-se inferir que as estudantes de Enfermagem estiveram mais cautelosas nas participações em movimentos e nos registros das atas, uma vez que em períodos anteriores ao regime ditatorial eram registrados em documentos do Diretório o apoio e o envolvimento das estudantes em eventos como manifestações, greves e congressos estudantis.

4.1.5 A Escola de Enfermagem da UFBA realiza o XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem

Dirigentes da Escola decidiram aceitar o desafio proposto pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) para assumir a responsabilidade de coordenar os trabalhos necessários à realização do XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, no período de 12 a 18 de julho de 1964, em Salvador, cujo tema central era “Enfermagem e Pesquisa”. Toda a comunidade acadêmica da EEUFBA esteve mobilizada durante o primeiro semestre, para realizar o evento, que foi considerado exitoso, apesar das dificuldades para vencer os obstáculos. Neste encontro, as professoras da Escola participaram como relatoras dos temas oficiais. Houve uma grande participação de Enfermeiras de vários estados, inclusive de países Latinos- Americanos. Era presidente da Associação Brasileira de Enfermagem- Bahia no período a professora Eurides Correia Rocha que substituiu a professora Hyeda Maria da Gama Rigaud (FERNANDES, 2001).

Em 1926, as primeiras profissionais formadas pela Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de Janeiro, criaram a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED). Manteve esse nome até 1928. Quando em 1929 passou a ser denominada de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB). Em 1954, a Associação passou a denominar-

se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), mantendo-se com esse nome até a atualidade.

O primeiro Congresso Nacional de Enfermagem da ABEn aconteceu em São Paulo em março 1947, mesmo ano em que a Escola de Enfermagem da UFBA foi inaugurada. O referido Congresso foi realizado com o intuito de estimular a união de esforços em prol de uma Enfermagem melhor, através do estudo em conjunto, buscando métodos mais eficientes de trabalho (APERIBENSE, 2016).

Os Congressos Brasileiros de Enfermagem constituem espaços privilegiados, pois reúnem profissionais de todo o país, que discutem temas relacionados as questões emergentes do contexto profissional. Possibilitam, assim, um intercâmbio técnico, político e cultural entre os profissionais, o que dificilmente seria viável em outro cenário, além de concretizar suas recomendações em numerosas realizações da enfermagem brasileira (PADILHA, 2016). Este evento, para além de socializar conhecimentos, se torna um espaço de debates sobre a prática profissional e a educação em enfermagem, articulando com o que há de mais inovador e emergente na profissão.

Sediar este evento em 1964 foi positivo a para Escola de Enfermagem da UFBA, principalmente pela oportunidade de reunir pessoas para articulações políticas. O tema provavelmente disfarçava o interesse daquele momento de repressão e não infringiu o AI-1.

Enquanto o Congresso era planejado, no cenário brasileiro ocorriam prisões e demissões em massa de sindicalistas, funcionários públicos e militares. A repressão atingiu artistas, intelectuais e jornalistas. Generalizou-se a prática da tortura contra opositores da ditadura. Castelo Branco suspendeu por dez anos os direitos políticos de 337 pessoas, inclusive dos ex-presidentes da República Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, seis governadores estaduais e mais de 50 deputados federais e senadores, além de líderes operários, intelectuais e funcionários públicos (COMISSÃO DA VERDADE, 2014). No âmbito da UFBA o Conselho Universitário, sob o reitorado do Professor Miguel Calmon, aprovou por unanimidade a concessão do título de doutor “Honoris Causa” ao presidente Castelo Branco.

4.2 Marcos históricos de 1965

4.2.1 Diretório Acadêmico de Enfermagem forma chapa única para diretoria contra a Lei Suplicy

Acompanhando a dinâmica de reorganização do movimento estudantil nacional, os DAs da UFBA, da Universidade Católica do Salvador e das escolas independentes realizaram o Congresso Extraordinário da União dos Estudantes da Bahia (UEB). O eixo central das resoluções do Congresso foi apoiar a UNE e lutar contra a lei Suplicy. Segundo Maurício Brito (2016), os DAs de Enfermagem, Farmácia, Arquitetura e Odontologia formaram chapa única contra a lei da Mordça, como foi apelidada pelos estudantes (BRITO, 2016).

A lei nº 4.464 de 09/11/1964, também chamada de Lei Suplicy de Lacerda, foi sancionada pelo então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE). Essa lei criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), impôs o voto obrigatório dos estudantes nas eleições das entidades, deu poderes ao Ministro da Educação e ao Conselho Federal da Educação para convocar as reuniões do DNE, DEE, Diretórios Acadêmicos e DCE, proibia manifestações de greve ou propaganda política- partidária. Visava o controle, o esvaziamento e acabava com a autonomia dos movimentos estudantis e o punha na ilegalidade (POERNER, 1979 apud BRITO, 2016).

A lei Suplicy despertou reações contrárias, inclusive de setores que tinham apoiado o golpe civil-militar. A Universidade de Brasília foi invadida pelos militares a pedido do Reitor Ramos de Carvalho, onde ocorreram prisões de professores e funcionários (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Para mostrar solidariedade ao corpo discente da UnB que protestava contra o fechamento da instituição, os estudantes da UFBA realizaram uma assembleia geral na Residência Universitária, preocupados em construir mobilizações a partir das faculdades. A proposta aprovada foi deflagrar uma greve de 48 horas. Não há registro nas Atas utilizadas neste estudo da participação das estudantes de Enfermagem na formação da chapa contra a lei Suplicy e o apoio à greve de 48 horas em solidariedade aos colegas da UnB. Porém há registro da eleição para diretoria do DA e Conselho Fiscal em cumprimento à lei 4.464/1964.

Brito (2016) faz referências à chapa do DA de Enfermagem como chapa única na luta contra a lei 4464.

Em 18/04/1965 a Diretoria da EEUFBA recebeu ofício do Diretório Acadêmico, comunicando a renúncia de seus membros, por causa da lei 4464/64 que impunha limitação às atividades do DA e colocava a Congregação com a responsabilidade de supervisionar as atividades desse órgão, inclusive para acompanhar todo o processo eleitoral e aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros movimentados pela representação estudantil (FERNANDES, 2001). Ainda que limitado, este gesto do DA significa resistência às exigências postas pela lei Suplicy de Lacerda.

O ano de 1965 foi movimentado principalmente por campanhas contra a lei Suplicy, articulação de um Plebiscito Nacional, e a realização do XXVII Congresso UNE, em São Paulo, onde se aprova a criação de Diretórios Acadêmicos Livres, por fora da lei e o boicote às eleições oficiais (POERNER, 1979 apud BRITO, 2016).

No cenário brasileiro houve um Manifesto Nacional pela Democracia, cujo texto pedia a volta ao Estado de Direito, o fim das intervenções nos sindicatos, a garantia da liberdade de expressão, a libertação dos presos políticos, a reintegração dos cassados e a realização das eleições previstas para aquele ano. A UnB foi invadida e fechada.

Ainda em 1965, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que dissolveu os partidos, tornou indireta a eleição de seu sucessor e instituiu o bipartidarismo: Arena, partido de apoio ao governo, e MDB, de oposição consentida. Os crimes políticos passaram a ser julgados pela justiça militar.

4.3 Marcos históricos de 1966

No ano de 1966 não houve registros relacionados à Ditadura Civil- Militar nas Atas do Diretório Acadêmico de Enfermagem. Aconteceram reuniões para resolver questões internas à Escola, sobre a Reforma Universitária, se entrariam em greve ou não, mas não discutiram sobre o assunto. Houve discussão sobre a realização do desfile da VIII Olimpíadas Baiana e o apoio que a Reitoria e DCE dariam ao evento. Em outro momento da assembleia convocada pelo DA as estudantes desistiram de participar do desfile, alegando a não preparação para a competição.

Vale ressaltar que embora o Diretório de Enfermagem estivesse articulado com o movimento estudantil, no ano descrito não houve registro das atividades junto ao DCE contra a ditadura. Talvez por causa dos ataques e intervenções que os DAs, a UEE e o DCE sofreram, as estudantes de Enfermagem tenham se colocado em posição defensiva de afastamento.

Em Salvador, no ano de 1966, no Colégio Central emergiu uma crise que repercutiu no movimento estudantil. Segundo Brito (2016), o conflito teve início com a proibição da peça “Aventuras e Desventuras de um Estudante”, escrita por um aluno do Colégio Central. Com a proibição da peça pela direção do colégio, os secundaristas se uniram com os universitários, pois existia entre eles um ponto de confluência, e houve uma tentativa de encenação da peça na Residência Universitária da UFBA. A peça não foi encenada, pois a repressão agiu rápido: utilizou seis carros de rádio patrulha, dois caminhões repletos de soldados, invadiu o local e jovens foram espancados. Um dia após o acontecido, os estudantes realizaram um ato em frente à Reitoria da Universidade protestando contra a proibição da peça e a violência sofrida.

No cenário nacional a repressão militar continuou exercendo seu papel, cassando “subversivos”, prendendo militantes, invadindo faculdades e baixando decretos. A UNE, mesmo na ilegalidade passou a realizar protestos e greves protagonizando uma série de manifestações que acabavam em choques, muitas vezes violentos, com as forças policiais nos diferentes estados. Mesmo na clandestinidade, a UNE realizou o XXVII Congresso em São Paulo (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Ainda em 1966, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco baixou dois decretos: AI-3 e AI-4. No primeiro ficou definido que a eleição dos governadores e seus vices seria de forma indireta, por meio do colégio eleitoral estadual e os prefeitos das capitais e das cidades de segurança nacional seriam indicados por nomeação pelos governadores, com aprovação das assembleias legislativas. E o segundo decreto foi com o objetivo de convocar extraordinariamente o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar o projeto de constituição (MOTTA, 2018).

Tudo isto significou que a ditadura endurecia os meios de repressão, dado que existia resistência à mesma.

4.4 Marcos históricos de 1967

4.4.1 Assembleia geral de estudantes para ouvir o presidente do DCE e da UNE

Em quatro de setembro de 1967 foi realizada na EEUFBA em caráter extraordinário uma assembleia geral estudantil com a finalidade de ouvir o presidente do DCE e da UNE. “A colega Fátima Martins, presidente do D.A abriu a sessão apresentando os visitantes. Durante a reunião foram tratados vários assuntos. A princípio o colega Marcelo, presidente da UEB, falou a respeito da cobrança das anuidades nas escolas secundaristas e a transformação das escolas em fundações. Assuntos estes em pauta em todo o país. Os Estudantes participaram ativamente e saíram vitoriosos. O governo do estado baixou um decreto, este, porém não fala nas fundações e perderia o sentido pelo artigo 36 da lei orgânica, portanto a nossa vitória foi passageira. O colega Raul, presidente da UNE, falou da necessidade de um seminário de estudo do plano de restauração de toda a Universidade. A UNE coordenará os trabalhos em todo o Brasil. Participarão 18 estados e 400 delegados. O presidente da UNE pede maior integração das estudantes de Enfermagem em todo o Brasil. As executivas profissionais foram criadas para tratar qualquer problema dos universitários de cada Faculdade. A executiva de Enfermagem há três anos não se movimentou” (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 04/09/1967).

A cobrança de anuidades nas universidades gerou um foco de tensão que impulsionaria diversas mobilizações pelo país. Houve reação estudantil em diversos estados, este foi o principal marco da reorganização do movimento estudantil na cena pública, em nível nacional (MARTINS FILHO, 1987 apud BRITO, 2016).

Em Salvador, estudantes secundaristas promoveram nova passeata contra a Lei Orgânica e Reforma da UFBA concentrando-se na Praça Castro Alves e posteriormente seguiram para a Praça da Sé, permanecendo em frente ao prédio da Assembleia Legislativa (SOUZA, 2013).

No Rio de Janeiro e em São Paulo, os estudantes foram às ruas, sendo duramente reprimidos. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista prendeu 178 estudantes que tentavam realizar o Congresso da União Estadual dos Estudantes em SP. Na UFBA, ocorreu o Congresso da UEB, realizado na Residência Universitária. Segundo Brito (2016), a realização do Congresso num território da Universidade mostra no mínimo que não havia tanto controle e vigilância por parte da Reitoria. Parece que o Conselho Universitário foi heterogêneo e o movimento estudantil construiu algumas alianças. Neste encontro, deliberou ideias e proposições que ganhariam forças: aprovou uma greve de 48 horas contra a

cobrança de mensalidade e contra o protesto a violência cometida contra estudantes no sudeste do país.

Ainda neste período, o XXIX Congresso da UNE foi planejado para ocorrer em um Convento Beneditino em Campinas. Desta feita, as forças policiais invadiram e depredaram o local e também o Colégio Notre-Dame. Padres e estudantes foram presos e levados ao DOPS, em São Paulo. Diante da recusa em fornecer o nome dos 392 estudantes que participaram das atividades, os padres foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

A ditadura promulgou a nova Constituição, a nova Lei de Imprensa que estabeleceu fortes restrições à liberdade de informação e expressão e a nova Lei de Segurança Nacional. Neste mesmo ano morre o ex-presidente do regime militar Humberto de Alencar Castelo Branco (LINHA DO TEMPO DA UNE, 2014).

4.4.2 Reunião do Diretório Acadêmico para eleger a 2º representante do DA junto ao DCE

Às 5:40 horas do dia onze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete reuniram-se os membros do diretório e representantes de classe para a escolha do 2º representante do Diretório junto ao DCE. A presidente abriu a sessão e foram lançados os nomes de duas candidatas: Maria Jeny Rosa e Silva e Ymiracy Nascimento de Sousa, sendo escolhida por Ymiracy com 6 votos contra 4 votos de Maria Jeny. Em seguida a presidente comunicou que no dia 28 p.v, as Executivas Nacionais reunir-se-ão no Rio de Janeiro. Encarregou às estudantes de classe de estudarem o regimento da nossa Escola, afim de que nossos problemas sejam e esclarecidos resolvidos” (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 11/09/1967).

Este marco nos revela a articulação que o DA de Enfermagem junto ao DCE, uma vez que havia representação da Escola no órgão de maior importância no movimento estudantil em Salvador. O mês de setembro de 1967 foi marcado por diversas manifestações tanto feitas por estudantes secundaristas, quanto universitários, na capital baiana. Uma delas foi o Dia Nacional Contra a Ditadura, que seguiu a orientação da UNE para uma passeata com todos os estudantes.

Segundo Brito (2016), no dia da passeata a Secretaria de Segurança Pública estava em prontidão informando colocar 1000 homens contra a passeata e a polícia tomava

providências - sem nenhuma reserva – para infiltrar investigadores no meio da concentração. Os estudantes se reuniram na Faculdade de Filosofia da UFBA. Não há registro que as alunas de Enfermagem tenham participado desta passeata promovida pela UNE, ainda que estivessem informadas de todos os acontecimentos no país.

4.5 Marcos históricos de 1968

4.5.1 A luta dos excedentes por vagas no vestibular

“Aos 14 dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e oito, realizou-se na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, assembleia geral, com a finalidade de estudar o problema dos excedentes. Em primeiro lugar falou o presidente da UEB, Sérgio Dias, salientando o número de excedentes matriculados em Odontologia, Medicina e Arquitetura. Em seguida fez uso da palavra o presidente do DA de Odontologia explicando que o critério de aprovação da Faculdade foi reformulado depois do vestibular, baixando sua nota para três o que permitiu a entrada de maior número de alunos. Durante a explanação do assunto por Sergio Dias, várias alunas da Escola de Enfermagem interferiram, geralmente na maneira de pensar dele á respeito do método de aprovação. Foi levantado ainda a possibilidade das meninas que tendo perdido duas matérias sem direito a segunda época pudesse então pleitear a sua entrada aqui na escola. Foi feita a seguinte pergunta neste sentido. “Que faremos com estas meninas”, ficou sem resposta. O vice-presidente da UEB convida as alunas da Universidade a fazerem um movimento para aumentar o número de vagas e de verbas para todas as Escolas. Depois de tumultuada discussão a aluna do 2º ano, Antonia Barbosa de Meneses afirma: “Estamos pronta a lutar pelos excedentes e não pelos reprovados”, foi bastante aplaudida. A aluna Maria Jeny Rosa e Silva lança a proposta que seja feita uma votação para que fique bem clara a posição das alunas desta Escola [...] a votação nominal contou com os seguintes resultados: pró - zero e contra - 41 votos, como se vê, a escola é contra a entrada das excedentes (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 14/03/1968).

No início do ano letivo, veio à tona a mobilização dos excedentes. Excedentes eram os candidatos que obtinham a média nos vestibulares, mas não conseguiam se matricular nas Escolas de nível superior, pois o número de aprovados extrapolava ao número de vagas disponíveis (BRAGHINI, 2014). Houve lutas de excedentes em diversas universidades do

país (OLIVEIRA, 1998 apud BRITO, 2016). Em Alagoas, por exemplo, as manifestações pelos excedentes envolveram diversos segmentos da população e desenvolveram várias formas de luta, mas ao contrário de outros estados, não teve como objetivo explícito colocar em xeque a política educacional do regime militar (BRITO, 2003). Já no Rio Grande do Norte houve acampamento em praça pública, abaixo-assinado e pressão junto a parlamentares do Estado (SILVA, 1989 apud BRITO,2016).

Na UFBA, o DCE e a UEB lançaram um caderno dos excedentes. Houve uma tentativa de organizar uma luta reunindo os DAs, e essa tentativa veio com visitas e reuniões nas Escolas onde os DA estavam articulados, como ocorreu na Escola de Enfermagem, onde os presidentes dos DAs e DCE estiveram presentes para unificar a luta em prol dos excedentes e preparar um levantamento de órgãos existentes nas unidades, em comparação com as verbas recebidas pelas faculdades (BRITO,2016).

Um dia após a reunião entre as entidades, os excedentes de arquitetura, junto com o DA do curso, começaram um acampamento em frente à Reitoria da UFBA. Havia entre eles um nível de organização, sobretudo, feito pelos estudantes mais adiantados do curso que levou à conquista do apoio da Direção e da Congregação da Faculdade de Arquitetura. Depois de sete dias acampados em frente à Reitoria, manifestaram alegria quando lhes anunciaram que seriam matriculados (BRITO, 2016).

Esta questão gerou lutas em diversos cursos e privilegiou soluções negociadas com as diversas Congregações. A tática deu certo em diversos cursos: Odontologia, Farmácia, Ciências Econômicas, Direito, Filosofia, Medicina e Arquitetura. Brito (2016) levantou duas hipóteses para os outros cursos onde não havia manifestação pelo registro de excedentes: é possível terem ocorrido excedentes, embora sem visibilidade política e pública ou que não existia excedentes em todas as faculdades, pois havia cursos com baixa concorrência no vestibular e sobravam vagas por falta de candidatas. Portanto no caso da Escola de Enfermagem, o DA entra na luta a favor de excedentes aprovados, embora não houvesse registro de candidatas excedentes no curso. Todavia, como registrado na Ata anteriormente citada, o presidente da UEB Sergio Dias propõe que as estudantes reprovadas no vestibular também fossem aceitas na Escola de Enfermagem. Por votação em assembleia, as alunas de enfermagem decidiram com 41 votos que não iriam aceitar alunas reprovadas.

O ano de 1968 no Brasil foi marcado por acontecimentos do tipo: arrocho salarial, desmobilização sindical, cassações, torturas, censuras e mortes (ROMAGNOLI;

GONÇALVES, 1979). Muitas manifestações estudantis ocorreram neste ano em diferentes países, inclusive no Brasil (COMISSÃO DA VERDADE, 2014). No início do ano, em forma de protesto, alunos de Economia da UFBA foram ao centro de Salvador com uma carroça puxada por calouros interrompendo o tráfego e querendo da visibilidade ao trote, pintados de roxo e com cartazes com dizeres: ‘quem nasce no Vietnã é Vietnamita. Quem morre é Americano’.

O Presidente Costa e Silva e o MEC prometeram verbas suplementares para suprir a demanda dos excedentes em todo o país. Para além desta conquista, o mês de março de 1968 foi tumultuado em muitos lugares do Brasil: no Rio de Janeiro, por exemplo, em protesto contra o fechamento do Restaurante Universitário Calabouço, o jovem Edson Luís foi atingido com uma bala pelos policiais do exército, indo a óbito. Este fato se tornou um estopim para uma greve geral nas universidades do país e provocou diversas passeatas pelo Brasil. Em Salvador, o DCE e a UEB deflagraram greve geral de protesto contra o assassinato do estudante e o homenagearam, batizando o viaduto do Canela, que dá acesso à Reitoria com o nome de Edson Luís (BRITO, 2016).

4.5.2 Estudantes de Enfermagem entram em greve por tempo indeterminado

Aos sete dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e oito às 14 horas reuniram-se, membros do D.A e alunas da Escola de Enfermagem da UFBA, em assembleia em caráter extraordinário, afim de tratar dos nossos problemas internos e do que ocorrer. A presidente do D.A Fátima Martins, abriu a sessão expondo as nossas reivindicações que são as seguintes: verbas adequadas ao bom funcionamento da Escola, curso de Enfermagem em 4 anos, campos de estágios, baixar a média final, para entrar em prova. Condições adequadas de ensino. Depois de muito debate chegamos à conclusão, que a maioria dos nossos problemas, são decorrentes do corte de verba, pelo governo. Fatima Martins solicitou à assembleia que enviasse proposições escritas à mesa, para uma tomada de posição da nossa Escola frente aos problemas. Só uma proposta concreta foi enviada à mesa: suspensão de todas as atividades por tempo indeterminado com criação de comissões de estudos e assembleias permanentes. Agnaldo, representante da UEB sugeriu a criação de três comissões. [...]. A proposta de greve foi posta em votação. Fatima Martins alertou bem as colegas para que cada uma analisasse essa posição. Lembrou ainda a necessidade da participação de grande número de alunas no Congresso de Recife, afim de expormos nossas ideias para resolução dos problemas. Geny, Rosa e Silvia explicou que a luta não é só nossa e sim de toda a universidade. Geny propôs que o D.A esclarecesse as estudantes de Enfermagem em que em que ponto a Reforma Universitária vai influir em Enfermagem. [...]. Agnaldo apresentou alguns colegas de Geologia que fizeram as seguintes proposições: ‘que a luta fosse coordenada partindo dos problemas de cada Escola. A luta contra o corte de verba, não pode ser de um grupo e sim de toda a universidade. Só poderemos parar quando os nossos objetivos forem alcançados’.

[...] A colega propôs verbalmente, não à greve, afim de não haver dispersão das alunas. Neuza Dias afirmou que devemos estar bem conscientes de nossas responsabilidades e não pensarmos em nossos problemas particulares. [...] a votação da proposta supracitada foi feita nominalmente, pela caderneta de chamada de cada série. Das 128 alunas da EEUFBA estavam presentes 99 alunas. Resultados da votação: 94 votos a favor da proposta, 5 votos em brancos e nenhum voto contra a proposta. Em seguida, cada aluna se engajou em uma comissão” (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA de 07/06/1968).

Neste trecho nota-se que as estudantes de Enfermagem tinham ciência de que tudo que as universidades vinham sofrendo estava relacionado ao pouco investimento por parte do governo e, por isso, aderiram à luta coletiva com os movimentos estudantis nacionais.

Logo no início do ano de 1968, os estudantes se defrontavam com os cortes de verbas, cujas consequências imediatas era os aumentos das anuidades, dos preços dos restaurantes universitário, dos materiais escolares e taxas nas universidades - antes gratuitas. As condições de ensino se deterioraram ainda mais, com as insuficiências das salas de aula, bibliotecas e laboratórios (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979).

Segundo Brito (2016), o movimento estudantil mudou o foco logo após a morte de Edson Luís. O centro da pauta do movimento seria a política educacional do governo. Em sintonia com a agenda nacional, no âmbito específico da UFBA um dos principais acontecimentos foi o processo de mobilização desencadeado pelos estudantes com a greve contra o corte de verbas. Houve greve de ocupação nas Escolas de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Administração, Economia, Filosofia, Arquitetura, Belas Artes, Politécnica, Geografia, Veterinária, e os institutos de Física e Matemática da UFBA (BENEVIDES, 1999 *apud* SOUZA, 2013). Este fato indica que existia liderança no DA de Enfermagem.

O jornal da Bahia noticiou que os estudantes universitários protestavam intensamente pelas ruas de Salvador e reivindicavam melhorias na qualidade de ensino, criação de novas bibliotecas e cortes de verbas (SOUZA, 2013). Brito (2016) afirma que este era um problema antigo, que desde 1965 havia queixas de cortes de verbas para as universidades. Mesmo com o anúncio dos cortes orçamentários, as verbas não tinham sido liberadas. Contudo, a mobilização central ocorreu no nível interno, a partir de cada unidade.

Percebendo que naquele momento houve pouca disposição da maioria dos universitários para a luta, o movimento estudantil seguiu a orientação nacional da UNE de voltar às aulas e decidiu fazer discussões em todas as faculdades através de palestras, seminários e constituição de grupos de trabalho por faculdades para elaborar um dossiê sobre cada unidade. O movimento dos estudantes realizou o Seminário de Política Educacional do

Governo (SEPEG) no mês de junho e, na pauta estava a preocupação em estudar, analisar e debater os problemas que afligiam a Universidade no Brasil e, principalmente, definir e sistematizar uma linha de ação prática para as lutas contra a política educacional do Governo (UEB/DCE, 1968). Vê-se, portanto, que a greve estava sendo preparada.

As entidades estudantis marcaram uma assembleia geral com vistas a aprovar uma resolução coletiva. No entanto, nem todos os cursos esperaram essa reunião e a entrada na greve ocorreu em ritmos distintos, sendo que os acadêmicos de Odontologia, Medicina e Enfermagem iniciaram a greve antes da assembleia geral. Enquanto isso, outras Faculdades aderiram à mobilização. Em 11 de junho de 1968, oficializou-se a greve dos estudantes da UFBA, reivindicando a liberação das verbas para a Universidade. Segundo um panfleto destinado ao povo e aos trabalhadores da Bahia,

Os estudantes estavam em greve contra o corte de verbas destinadas à educação feito pela ditadura reacionária entreguista, a qual continua a impor ao povo brasileiro o caminho da fome, da miséria e da opressão. O que atualmente ocorre na Universidade, o corte de verbas, tem como único objetivo a transformação do ensino gratuito em ensino pago, que tornará o mesmo mais distante dos trabalhadores. (ANEXO BNM 8160 apud BRITO, 2003, p. 100).

As estudantes de Enfermagem realizaram uma reunião com a diretora da Escola para reivindicar a participação no I SEPEG – Seminário de Política Educacional do Governo, pois o evento aconteceria em Salvador, durante todo o dia. As alunas solicitaram que as faltas fossem abonadas, sem prejudicá-las; e nessa reunião ficou estabelecido que as professoras não registrariam faltas nas aulas teóricas e práticas das alunas que participassem ativamente do evento, como também haveria o adiantamento das provas e trabalhos.

Seguindo a orientação do presidente da UEB, o DA de Enfermagem realizou uma reunião com o corpo estudantil da Escola sobre a participação no Seminário de Política do Governo. Desta reunião, foram encaminhadas as seguintes pautas para o seminário: a necessidade de mudança de currículo, a transformação do regimento interno, as condições inadequadas de ensino, a redução do curso de Enfermagem para três anos, e as deficiências de estrutura da Escola. As discussões neste Seminário e nos demais ocorridos nas outras regiões do país levaram à construção de uma greve geral estudantil, com o apoio da UNE (BRITO, 2016).

Pode-se perceber que, com base nos “problemas internos” as estudantes de Enfermagem participaram da luta geral via suas lideranças.

4.5.3 Estudantes de Enfermagem furam greve

Aos cinco de agosto de mil novecentos e setenta e oito às nove horas foi realizada uma assembleia geral em caráter extraordinário com a seguinte ordem do dia: Inscrição de chapas do para o D.A. e o que ocorrer. Fatima Martins abriu a sessão dando, prioridade ao seguinte problema. Algumas alunas, em número de cinco, pretendem voltar às atividades escolares normais, furando a nossa greve de quase dois meses. A presidente do D.A já se comunicou com todas as chefes de departamentos e inclusive com a Diretoria explicando a atitude dessas cinco alunas que se desligaram do movimento estudantil. ‘Temos que tomar uma atitude não deixando que essas cinco alunas tenham mais força que a escola inteira’ (corpo discente). Foi solicitada uma comissão para ir falar com a diretora em exercício. [...] O presidente da UNE foi preso e pode ser enquadrado na lei de Segurança Nacional. Os estudantes continuarão a fazer manifestações (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA de 05/08/1968).

A greve estudantil tinha pautas específicas e gerais. E entre elas, a crítica aos acordos do MEC-USAID (*United States Agency for International Development*), que tratava de assuntos educacionais (BRITO, 2003). Na verdade, era uma infiltração imperialista no ensino superior no Brasil, um acordo feito com o MEC, que previa, dentre outros assuntos, a tentativa de transformar as universidades em fundações e instituir cobrança de anuidades.

Em Salvador, depois de uma passeata nas ruas do centro e com a realização de um comício no Campo Grande, um grupo de manifestantes teria tido a iniciativa de ocupar o escritório da MEC-USAID com intuito de incendiar o local, simbolizando a revolta dos estudantes frente ao acordo. Houve ocupação do escritório, destruição e incêndio de parte das instalações. No Rio de Janeiro, decididos a se fazer ouvir pelo ministro da Educação, os estudantes resolveram ocupar o prédio do MEC. Estava instalado o palco que ficou conhecido como a ‘quarta-feira sangrenta’. Com a invasão do prédio do MEC, o líder estudantil foi preso e explodiram protestos em algumas cidades.

Com o início do semestre em agosto de 1968, a volta às aulas na UFBA foi marcada com uma nova passeata. A UNE mobilizou estudantes contra a prisão do líder estudantil Wladimir Palmeira, preso no Rio de Janeiro, contra o aumento do preço da passagem em transportes coletivos e para denunciar a política educacional do governo. A passeata estudantil transformou-se em conflito generalizado entre policiais e estudantes. Na tentativa de escapar dos ataques dos policiais, os estudantes buscaram refúgio no Mosteiro de São Bento, pensando estarem protegidos, mas os policiais invadiram o Mosteiro e dispararam diversos tiros dentro do local. O resultado foi dezenas de feridos e prisões de estudantes e jornalistas, tiros

para o alto, bala perdida atingindo Júlio Pavese, estudante do curso de Ciências Contábeis. Os estudantes dispersaram e se aglutinaram na Reitoria e Restaurante Universitário (BRITO, 2016).

Esses foram alguns fatos que aconteceram no mês de agosto, com os estudantes no país e na capital baiana. Em todos os estados brasileiros houve manifestações com mortes, prisões de estudantes e invasões de campi universitários. Embora não haja registro de que as alunas de Enfermagem tenham participado destas manifestações indo às ruas, não significa que elas estavam alheias ao movimento, embora houvesse estudantes de Enfermagem contrárias à greve na Escola. Os achados nas atas do DA levam à inferência de que elas estavam em consonância com a causa de melhorias de ensino-aprendizagem e percebiam a importância do movimento estudantil em um cenário desolador para os brasileiros. O Diretório conseguiu impedir que alunas contrárias à greve enfraquecessem o movimento, que já duravam quase dois meses e conseguiu manter a greve estudantil na Escola de Enfermagem, fortalecendo o movimento de greve contra os cortes de verbas e melhorias de ensino.

4.5.4 Eleição de delegados para o Congresso Regional da UNE

Aos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, das 11 às 16 horas deste mesmo dia, verificou-se depois da inscrição legal das candidatas, a votação para eleger as delegadas para o Congresso Regional da UNE, que se realizou aqui nesta cidade, a partir do dia seis do mesmo mês. Foram inscritas apenas duas candidatas: Maria de Lourdes Ferreira e Maria Hortência Teixeira de Carvalho e a votação que tinha como responsáveis as alunas Tânia Maria Freire d' Aguiar e Célia Maria Sales. [...] os resultados foram os seguintes: em primeiro lugar a aluna mais votada foi Maria Hortência Teixeira de Carvalho, com um total de 59 votos e em segundo lugar a aluna Maria de Lourdes Ferreira com um total de 5 votos, tendo ainda se verificado a contagem de dez votos em branco. Verificou-se um desentendimento provocado por algumas alunas, que propuseram a não existência de eleitas, porque o número de votos não correspondia ao número de 50% (mínimo) do corpo discente. Os responsáveis justificaram devidamente que a eleição seria feita pelo número total dos votos, desde quando estes não seriam obrigatórios. Foram assim eleitas, e classificadas por ordem de votação, estas candidatas que representariam esta Escola no Congresso Regional da UNE (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA de 04/09/1968).

O segundo semestre de 1968 é tido por muitos como início do refluxo do movimento estudantil no âmbito nacional (OLIVEIRA, 1994 apud BRITO, 2016). Neste período diminuiriam as manifestações de rua e o movimento viveu um polêmico debate sobre os

desafios da UNE. A chapa liderada por José Dirceu defendia que a principal preocupação do 30º Congresso seria a reestruturação e a fixação de conceito concreto de Universidade. E o programa lançado por Jean Marc afirmava que a forma mais eficaz de luta do movimento estudantil seriam as manifestações de rua junto com outros setores da população (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979).

O 30º Congresso da UNE formularia uma carta política e elegeria a nova diretoria. Segundo Brito (2008), a preparação do Congresso foi dividida em três fases: 1ª fase: Assembleias e discussões nas Escolas e eleições em assembleias, inclusive nas escolas onde existiam diretórios representativos; 2ª fase: Congressos Regionais que eram feitos por Estados - nesta fase reuniram-se os delegados eleitos nas escolas para discutirem as questões políticas nacionais e a situação do movimento estudantil a nível nacional; e na 3ª fase ocorreria o Congresso Nacional com a participação de 1 delegado para cada 500 estudantes.

No plano político-organizativo, emergiu o dilema entre fazer um Congresso aberto ou clandestino. Este dilema foi debatido nacionalmente e a maioria optou pela congresso clandestino. Na UFBA, os diversos DAs elegeram seus representantes/delegados, tanto para o Congresso Nacional da UNE (CONUNE), quanto para o Congresso Regional - uma das fases do evento nacional, de forma que este congresso aconteceu de forma aberta. O processo eleitoral de delegados combinou a realização de assembleias por curso, votação em urna e indicação/aprovação por séries. Foram ao CONUNE, entre delegados e observadores, 39 estudantes da UFBA e 15 estudantes de outras universidades (BRITO, 2008).

Mesmo sobre a égide da diretoria e todos os acontecimentos que moveram o país, as alunas de Enfermagem permaneciam ligadas ao movimento estudantil, com participação e compromisso com outros estudantes que vivem os mesmos problemas, a fim de unir forças. As estudantes de Enfermagem também se destacaram pelo engajamento político, ainda que nos seus primórdios, a inserção feminina na vida política do país fosse restrita, dado o lugar da mulher na sociedade brasileira (PIRES e MELO, 2008).

4.5.5 Escolha da 2º representante da Escola de Enfermagem junto ao DCE

Aos dezenove dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, verificou-se uma reunião dos membros do D.A desta Escola, para a eleição da 2º representante de Enfermagem junto ao Diretório Central de Estudantes. (DCE) Estiveram presentes a presidente do D.A Maria de Lourdes Ferreira, a primeira secretária Terezinha Regina Carneiro Barreto, a secretária social Yeda Helena Hirate, a tesoureira Eliana Rosa de Oliveira e eu, secretária geral Silvia Dias Pimentel dos Santos. [...] A presidente iniciou a sessão pedindo a indicação de uma representante, e por unanimidade foi eleita a aluna do primeiro ano Célia Maria Sales, que aceitou seu novo cargo (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 19/09/1968).

O DCE é uma entidade que representa todos os estudantes, sendo os seus representantes alunos do ensino superior do país, tem o papel de organizar suas pautas a nível estadual e nacional. A eleição de seus membros é definida pelo movimento estudantil da instituição no qual está inserido e costuma se dar de forma direta. os DAs, elegem seus representantes para representarem suas Escolas junto ao Diretório Central dos Estudantes. e o D.A de Enfermagem a cada ano elegia um membro do diretório para representá-lo e para se atualizar das pautas nacionais e locais das lutas dos estudantes.

Segundo Melo e Pires (2007), no período de constituição do DA da Escola de Enfermagem, os membros do diretório não tinham uma identificação com os temas do movimento estudantil da época, nem com qualquer tema de caráter político. Neste estudo se observou que a partir da década de 1960, as estudantes de Enfermagem participaram mais do movimento estudantil e se envolveram com as causas estudantis, como a adesão à luta pela representação de $\frac{1}{3}$ dos estudantes no Conselho Universitário. Com a negação da representação estudantil no Conselho Universitários pelos Reitores em diversas faculdades do país, as estudantes de Enfermagem da UFBA e outros estudantes de diversas universidades aderiram a uma greve nacional por conta desta representação.

Logo, pode-se inferir que na década de 1960 o DA de Enfermagem diminuiu o estreitamento com a direção da Escola e tomou partido nas causas estudantis e políticas do país.

4.5.6 Assembleia extraordinária para discutir o movimento estudantil

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e oito, verificou-se uma assembleia convocada extraordinariamente pela diretoria do D.A desta Escola com a finalidade de resolver assuntos relacionados ao andamento do atual movimento estudantil. Falou em 1º lugar a presidente do D.A Maria de Lourdes que abriu um parêntese para comunicar os novos constituintes da Executiva Nacional de Enfermagem. Discutiu-se a posição política da Escola ante ao 30º Congresso da UNE. Como a 1º delegada eleita, Maria Hortência Teixeira de Carvalho, não poderá comparecer ao congresso por questão familiares, colocou-se em questão se a representante da Escola seria a 2º delegada eleita, Maria de Lourdes Ferreira, ou se ante a inscrição de mais alguma candidata houvesse uma nova eleição. Abriu-se por três minutos a inscrição e como ninguém se habilitou, foi encerrado o tempo e feito uma votação entre os presentes, sendo a 2º delegada eleita por unanimidade como delegada do 30º Congresso da UNE pela Escola de Enfermagem. Comentou-se então a necessidade de um pedágio ou outra modalidade que arrecadasse uma quantia suficiente para estadia da delegada nos dias do Congresso [...]. foi discutido o último item, a respeito de que vem acontecendo atualmente na faculdade de Direito para ver se era válida ou não de uma greve de 24 horas, na sexta feira próxima, a fim de toda a universidade prestar solidariedade aos colegas de Direito. Foi discutido o assunto e depois da proposta lançada à mesa pela colega Eny Braga, 25 dos 40 colegas presentes endossaram a mesma, sendo, portanto, apoiada a ideia da greve na sexta-feira, sem incluir os estágios (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA 01/10/1968).

A referida situação da Faculdade de Direito da UFBA diz respeito ao fato do professor e diretor Orlando Gomes ter determinado o fechamento da Faculdade de Direito por tempo indeterminado, após os alunos reconhecerem no campus três estudantes que eram policiais e tinham participado da repressão contra o movimento estudantil. Os acadêmicos se mobilizaram e enviaram uma manifestação ao então Reitor Roberto Santos para que o mesmo expulsasse os estudantes-tenentes. A Congregação da Faculdade criou uma comissão para apurar a questão e durante este período a Faculdade de Direito permaneceu fechada. O semestre foi prejudicado e o desfecho desta ação foi a continuação dos três estudantes-tenentes na Faculdade de Direito (BRITO, 2016).

No cenário nacional houve um conflito na rua Maria Antônia, em São Paulo, entre estudantes da universidade Mackenzie e de Filosofia da USP, que culminou na morte do secundarista José Guimarães. Acadêmicos da USP faziam pedágio na rua para arrecadar fundos para o Congresso em São Paulo. Estudantes das duas universidades protagonizaram um cenário de guerra sem precedência, com artefatos como coquetéis molotov, pedras, badoques, bombas de ácidos misturados com cal. Tinham como líderes os estudantes de Filosofia da USP, Luís Travassos, presidente da UNE, e José Dirceu, presidente da UEE (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979).

Como destacado na ata, as estudantes da EEUFBA se organizaram para enviar uma delegada para o 30º Congresso da UNE. Este congresso foi realizado secretamente, sendo que o local e o esquema de segurança começaram a ser preparados meses antes. Havia três lugares para a realização do congresso no litoral paulista e escolhido o sítio Muduru em Ibiúna (BRITO, 2016).

Os delegados viajaram de ônibus, alguns sozinhos e outros acompanhados. Ao chegar no local, em pequenos grupos escondidos sob lonas, os delegados eram levados em jipes, peruas e camionetes. Eles desciam em um determinado local e seguiam a pé até o sítio, onde era feita uma triagem. Todos tinham senhas distribuídas pela comissão de segurança e só entrava quem tivesse a senha. A movimentação dos estudantes no litoral paulista chamou a atenção dos moradores locais e houve a informação de que a polícia já estava sabendo do Congresso e invadiria o sítio; essa informação chegou na comissão de segurança do evento (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979).

A comissão só conseguiu retirar 30 pessoas do local antes da invasão dos policiais militares. Na madrugada de 12 de outubro os policiais do DOPS cercaram o sítio e renderam os estudantes sem dificuldade, prendendo 712 delegados, entre eles, a estudante de Enfermagem da UFBA Maria de Lourdes Ferreira. Em seguida foram conduzidos à penitenciária de Tiradentes. Após interrogatório, os líderes estudantis ficaram detidos por uma semana em São Paulo, enquanto os outros estudantes foram encaminhados para seus devidos locais de origem. A estudante Maria de Lourdes Ferreira ao retornar a Salvador não conseguiu dar seguimento à sua formação na Escola de Enfermagem, pois teve sua matrícula negada.

O Congresso em Ibiúna foi desarticulado devido à infiltração de informantes do sistema repressivo que enviavam todas as informações sobre o Congresso e sua localização. Após este episódio, o presidente Costa e Silva sancionou em 13 de dezembro de 1968 o AI-5 (Ato Institucional nº5), decreto que intensificou ainda mais a repressão na vida da sociedade brasileira.

O AI-5 foi o instrumento jurídico que suspendeu todas as liberdades democráticas e direitos constitucionais, permitindo que a polícia efetuasse investigações, perseguições e prisões de cidadãos sem necessidade de mandado judicial, inclusive, podia-se perseguir e suspender por três anos as matrículas dos estudantes frente ao movimento estudantil. Foi o que aconteceu com a aluna Maria de Lourdes Ferreira, que em fevereiro de 1969 não foi autorizada a renovar a matrícula no curso de Enfermagem da UFBA, pois tinha seu nome na lista de pessoas presas no Congresso da UNE (FERNANDES, 2001).

4.5.7 Diretório Acadêmico aprova audiência com o Reitor

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e oito, realizou-se na sala 520, desta Escola, uma assembleia geral previamente convocada para se tratar de assuntos referentes à prisão dos estudantes que participavam do 30º Congresso da UNE, estabelecendo as posições que deveríamos tomar em relação ao fato da libertação dos colegas e também para tratar de assuntos relativos às faltas escolares obtida pela nossa representante no Congresso. Estabeleceu-se a discussão a respeito e foi lançada a proposta de se a colega Maria de Lourdes Ferreira, não tivesse regressado até o início do novo curso (Enf. Cirúrgica II) que se faria uma greve geral, para que a referida aluna não perdesse o ano letivo. A proposta foi aceita, porém a ex- presidente do DA Maria de Fatima Martins, lançou a proposta de se convocar uma audiência com M.D Magnífico Reitor Roberto Santos, para que o seu pronunciamento fosse ouvido. Foi unanimemente aprovada esta proposta e se marcou a audiência para quarta-feira 23 de outubro” (ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM DE 19/10/1968)

A notícia que os delegados foram presos em São Paulo gerou diversas manifestações em diversos Estados do país. Em Salvador, no dia 15 de outubro de 1968 houve protestos pelo centro da cidade. Aconteceram também manifestações estudantis em Florianópolis, Rio de Janeiro, Paraná, Belém e Aracaju, greves em Belo Horizonte, Aracaju e Fortaleza (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979).

O retorno dos delegados às suas capitais de origem ocorreu 7 dias depois da invasão ao sítio de Muduru em Ibiúna em 12/10/1968. Os que retornaram para Salvador, foram acompanhados por agentes policiais, indo direto para a Vila Militar no bairro do Bonfim, ainda presos e incomunicáveis para serem interrogados. Com a chegada dos delegados à capital baiana, houve novos protestos para libertação dos presos, organizados pela UNE, e mais uma vez houve conflitos entre policiais e estudantes, com novas prisões de estudantes e transeuntes (BRITO, 2016).

O período em que a estudante de Enfermagem Maria de Lourdes Ferreira ficou detida provocou preocupação em suas colegas de curso, pois sua ausência às aulas poderia levá-la à reprovação, mesmo diante do acordo entre direção e acadêmicos de que as estudantes não seriam prejudicadas com falta pela participação em eventos promovidos pelo movimento estudantil.

Não se tem registro em atas do DA sobre a audiência com o Reitor Roberto Santos ou posicionamentos da Direção da EEUFBA frente à prisão da estudante Maria de Lourdes Ferreira. Os registros do Memorial da Escola de Enfermagem apontam que em 1969 a mesma não conseguiu mais se matricular e, um ano depois, ingressou via vestibular no curso de Farmácia, também na UFBA, onde se graduou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo resgatou marcos históricos do movimento estudantil da Escola de Enfermagem da UFBA durante o período da ditadura civil-militar. Durante a ditadura, a EEUFBA não sofreu invasão em sua unidade. Isto foi possível porque a diretora da Escola Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, articulada e participativa do Conselho Universitário, informada de todos os acontecimentos que vinha sofrendo a UFBA, soube contornar situações que envolviam estudantes do curso de Enfermagem. Era comum a presença constante de vigilantes na Universidade para relatar eventuais transgressões às normas emanadas pelas autoridades militares.

Este estudo limitou-se ao estudo documental das atas do Diretório Acadêmico de Enfermagem e de livros sobre a ditadura civil-militar e movimento estudantil durante o período ditatorial, não se buscou utilizar entrevistas com as enfermeiras egressas da EEUFBA no período da ditadura, assim como outras fontes de pesquisa.

Quando se instaura o golpe de 1964 e eclodem acontecimentos de violência contra estudantes militantes em todo o país, as estudantes do Diretório Acadêmico da EEUFBA se veem obrigadas a se declararem ‘não comunistas’ para não serem atingidas pela repressão. No período da ditadura há registros de reuniões do Diretório para articular apoio ou adesão aos movimentos grevistas de outras Unidades da UFBA, bem como organização e participação de eventos de cunho político, como o Congresso da UNE.

Os cinco primeiros anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil foram marcados pelo autoritarismo do governo e muitos ataques às Universidades, resultando em muitas prisões, desaparecimentos e mortes de estudantes. Na EEUFBA, este período culminou com a prisão de uma estudante de Enfermagem delegada ao Congresso da UNE em 1968 e seu impedimento de continuar no curso, o que provocou preocupação e mobilização entre as colegas de graduação.

Embora não haja registros da participação de membros do Diretório Acadêmico de Enfermagem em manifestações de rua junto ao movimento estudantil, há registros de que as mesmas estavam envolvidas com o movimento, dando suporte para que as manifestações estudantis acontecessem.

O campus da UFBA por diversas vezes foi invadido pelas tropas militares, prendendo estudantes, funcionários e professores ditos subversivos, contrários ao regime militar, o que não aconteceu com a Escola de Enfermagem.

Percebe-se que a partir de 1966, após três anos desarticuladas, as estudantes de Enfermagem se articularam novamente com o Diretório Central dos Estudantes e com a UNE, elegendo em assembleia convocada pelo DA de Enfermagem uma estudante da Escola para representar o Diretório e a EEUFBA nos locais de decisões.

Do exposto, concluímos que é esperado que as atas do DA não revelem muitos fatos sobre a ditadura, dado o contexto político ditatorial e “ao controle” da diretora da EEUFBA sobre o DA. As atas revelam que as estudantes estavam informadas sobre os acontecimentos nacionais e que, mesmo sob controle, o DA tomava decisões quando demandado pelas lideranças estudantis da UFBA. Mesmo com fontes restritas, fica claro que existiam estudantes liderando atos de resistência, junto ao movimento estudantil da UFBA.

Pode-se afirmar que, mesmo com restrições por ser uma Escola de mulheres, há indícios de resistência à repressão da ditadura civil-militar na década de 1960, indicando que estudantes de Enfermagem da UFBA não se calaram.

FONTES

Atas:

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 06/04/1964. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1964.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 23/04/1964. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1964.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 24/04/1964. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1964.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 06/05/1964. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1964.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 04/09/1967. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1967.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 11/09/1967. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1967.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 14/03/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 07/06/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 05/08/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 04/09/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 19/09/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 01/10/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

ATA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEUFBA DE 19/10/1968. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 1968.

Livros:

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. Salvador: EDUFBA, 2016.

FERNANDES, Josicélia Dumet. **Memorial Escola de Enfermagem 1946-1996**. Salvador. UFBA, 2001.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Bedê Junior. **Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85**. Ano 50. Número 197, 2001.

APERIBENSE, Pacita Geovana Gama de Sousa. **1º Congresso Nacional de Enfermagem / Tópicos do Programa do 1º Congresso Nacional de Enfermagem**. In: 68º Congresso Brasileiro de Enfermagem, Brasília, oct. 2016. Hist. enferm. Rev. eletrônica [Internet]. 2016; 7(2): 458-61.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**, 13 Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996. 358 p.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”**. Curitiba. Editora UFPR. 2014.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: textos temáticos**. Brasília, 2014.

CONCEIÇÃO, Rita de Cássia dos Santos. **Mulheres na Universidade: um estudo sobre a evolução da participação estudantil feminina nos 40 anos da UFBA**. 1994. 68 f. Monografia (apresentada ao final do curso de prática de pesquisa em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal da Bahia, Salvador, 1994.

FERRARI, Taiza Lira. **Revendo a história do movimento estudantil brasileiro**. In: projeto apresentado a SEED Departamento de Políticas e Programas Educacionais. Cascavel. 2013

GOHN, Maria da Glória. **Histórias dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, 8. Ed. São Paulo, Editora Loyola, 2013.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das trevas**. 1. Ed. São Paulo, Editora Geração, 2001.

LIMA, Érico Oliveira de Araújo. **Ideologia e ditadura militar: a imagem do regime construída na imprensa brasileira durante o regime militar no país (1964-1985)**. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de História da Mídia: mídia alternativa e alternativas midiáticas. Fortaleza, 2019.

Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985). *Estud. av. vol. 28. Ano.80 São Paulo, Jan./Apr. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100014>.

MASCARENHA, Nildo Batista. **A inserção da enfermeira brasileira no campo da saúde pública (1920-1925).** Dissertação (Mestre em Enfermagem, área de concentração Gênero, Cuidado e Administração em Saúde, linha de pesquisa Organização e Avaliação dos Sistemas de Cuidados à Saúde). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, 2013.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **O golpe de 1964 e a universidade: entre a repressão e a modernização.** Revista ADUSP. 2004

MELO, Cristina Maria Meira; SANTOS, Tatiane Araujo. **A participação política de enfermeiras na gestão do Sistema Único de Saúde em nível municipal.** Texto contexto-enferm [online] 2007, vol.16, n.3, pp. 426-423. ISSN 1980-265 X <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072007000300007>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5.** Rev. Bras. Hist. [online].2018, vol.38, n.79, pp.195-216. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **Trajatória da juventude brasileira: dos anos 50 ao final do século.** Salvador: Secretária da Cultura e Turismo: EDUFBA, 1999.

PADILHA, Maria Itayra. **A trajetória histórica da associação brasileira de enfermagem ao longo de seus 90 anos de existência.** 77ª semana brasileira de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Rio Grande, 2016.

PIRES, Cidia Daniela de Oliveira; MELO, Cristina Maria Meira. **Gênese do movimento estudantil na escola de enfermagem da Universidade Federal da Bahia de 1947 a 1959.** Esc Anna Nery Rev Enferm 2008 set;(3) 437-43.

RAMOS, José Lúcio Costa. **A constituição do ensino de saúde coletiva na graduação em enfermagem da Universidade Federal da Bahia (1976 – 1996).** Tese (Doutorado em Saúde Pública, área de concentração: Política, Planejamento e Gestão em Saúde). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. **A volta da Une de Ibiúna a Salvador.** São Paulo. Editora Alfa- Ômega, 1979.

SANTOS, Jordana de Souza. **A Repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar.** Aurora ano III número 5. São Paulo. 2009

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar Lutar, Ousar Vencer: Histórias da Luta Armada em Salvador (1969- 1971).** Salvador. EDUFBA, 2013.